

A dívida pública

LÍTICA ECONÔMICA

Quarta-feira, 11-12-85 — O ESTADO DE S. PAULO

cai, pela quinta vez.

A dívida pública interna caiu, em termos reais, pelo quinto mês consecutivo, em novembro — quando a Previdência, pela segunda vez consecutiva, registrou um superávit de nada menos que Cr\$ 3,577 trilhões. Tanto a administração direta como as estatais apresentaram equilíbrio operacional, mas continuam registrando déficits em razão do elevado endividamento ou da concessão de subsídios. O déficit do governo tem mostrado variação inferior à inflação, tendo caído em outubro em relação a setembro (Cr\$ 6,9 trilhões contra Cr\$ 7,5 trilhões), mas voltando a subir no mês passado para Cr\$ 7,7 trilhões.



Esse resultado é consequência do superávit da Previdência. Mas o déficit de caixa do governo voltou a subir.

A dívida pública mobiliária federal, segundo o Banco Central, atingiu em novembro Cr\$ 218,6 trilhões, dos quais Cr\$ 204,1 trilhões em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e Cr\$ 14,5 trilhões em Letras do Tesouro Nacional (LTN). Descontada a correção monetária, o crescimento nos últimos 12 meses foi de 50,8%; no ano de 52,3%, e no mês de menos 5%. Em termos reais, a dívida pública mobiliária em títulos em poder do público caiu pelo quinto mês consecutivo.

A grande surpresa do mês de novembro foi o comportamento do sistema de Previdência Social, que nos últimos anos só apresentava déficits. Teve um superávit de Cr\$ 3,577 trilhões (resultado de janeiro a novembro), enquanto no mês passado sua receita foi superior às despesas em Cr\$ 679 bilhões. Vários fatores contribuíram para o equilíbrio das finanças da Previdência: antecipação do recolhimento de contribuições, aumento do nível de emprego (os antigos contribuintes voltaram à ativa), redução dos desvios de recursos e queda de despesas.

Emissões de 7,3 trilhões

Segundo nota divulgada pelo Banco Central, o déficit de caixa de novembro foi basicamente financiado pela emissão de papel-moeda (Cr\$ 7,3 trilhões), que é uma maneira "mais fácil e prática" de cobrir a diferença entre receita e despesa, pois poupa a sociedade de uma explosão das taxas de juros, disse um alto funcionário do BC.

O Banco Central obteve um suprimento de Cr\$ 1,3 trilhão em pagamentos de dívidas e encargos externos. Nestes casos, o governo leva vantagem, pois, enquanto recolhe o equivalente em cruzeiros na compra de dólares, retém o valor total em moeda nacional e libera a moeda estrangeira apenas na parte de juros, já que a amortização da dívida externa está congelada até um novo acerto com os bancos estrangeiros.

De janeiro a novembro, o orçamento da União teve um superávit de Cr\$ 21,1 trilhões. Isto foi possível graças ao aumento da receita tributária e à redução de despesas. Os problemas maiores ficam por conta do elevado endividamento do Tesouro dos subsídios à agricultura, ao Proálcool e às exportações. Várias estatais, como as siderúrgicas, também possuem elevadas dívidas externas, ainda que sejam altamente rentáveis do ponto de vista operacional.

Como nem todas as estatais são deficitárias, as mais fortes ajudam a financiar as despesas do governo com sua folga de caixa. No demonstrativo de déficit de caixa de novembro aparece Cr\$ 1,838 trilhão em aplicações em títulos da dívida pública. Só a Previdência aplicou no mesmo mercado Cr\$ 739 bilhões. De janeiro a novembro, o sistema previdenciário oficial chegou a aplicar Cr\$ 5,9 trilhões de sua folga de caixa na compra de títulos da dívida pública.